

CURRÍCULO, EDUCAÇÃO E MÚSICA: UMA PERSPECTIVA TEÓRICA

Gilberto Vieira Garcia

PUC/Rio de Janeiro

Mestrado em Educação

SIMPOM: Subárea de Educação Musical

Resumo: Este trabalho apresenta um resultado parcial da discussão teórica sobre algumas relações entre as Teorias críticas e pós-críticas do currículo, a Educação e a Música. A promulgação da Lei 11.769/08, em seu propósito de restabelecer a obrigatoriedade do conteúdo musical no currículo da educação básica, mostra-se como uma relevante oportunidade para se discutir as relações entre a Música e a Educação no Brasil. Tendo como referência as discussões e as temáticas que envolvem a história do currículo e das disciplinas escolares, é possível se afirmar que as formas de inserção da Música dentro do histórico das demandas educacionais também traz consigo um histórico de questões políticas e socioculturais. Questões essas relativas tanto aos processos de seleção, de organização e de prática dos saberes escolares, quanto às disputas no campo da cultura, das identidades e das diferenças. Assim, numa perspectiva das teorias do currículo e da história das disciplinas escolares, é importante então se considerar que as relações entre a Educação e a Música não devem ser pensadas como um campo politicamente neutro e a-histórico. Devendo, portanto, ser compreendido também como um campo que se delimita junto às disputas pela definição e pela hierarquização dos saberes e fins educacionais, numa perspectiva pela qual não se pode falar da natureza e do valor da educação musical sem se falar da natureza e do valor histórico e sociocultural da Música e da educação.

Palavras-chave: Teorias do currículo; Educação; Música.

Abstract: This paper presents partial results of a theoretical discussion of some relations between critical theories and critical post-curriculum, Education and Music. The enactment of Law 11.769/08, in its purpose of restoring the obligatory musical content in the curriculum of basic education, shows up as an important opportunity to discuss the relationship between Education and Music in Brazil. Taking as reference the arguments and issues that involve the history of curriculum and school subjects, it is possible to say that the ways of inserting the music in the history of educational demands also brings with it a history of political and sociocultural questions. Questions relating to both these processes of selection, organization and practice of school knowledge regarding the disputes in the field of culture, identities and differences. Thus, from a perspective of theories of curriculum and history of school subjects, it is important then to consider that the relationship between education and music should not be thought of as a field politically neutral and ahistorical. Should therefore be understood also as a field that defines the disputes with the definition and the hierarchy of knowledge and educational purposes, a perspective from which one cannot speak of the nature and value of music education without talking about the nature and historical and socio-cultural music and education.

Keywords: Theories of curriculum; Education; Music.

1. Introdução

A promulgação da Lei 11.769/08, em seu propósito de restabelecer a obrigatoriedade do conteúdo musical no currículo da educação básica, mostra-se como uma relevante oportunidade para se discutir as relações entre a Música e a Educação no Brasil. Para tanto,

algumas questões podem ser importantes para o balizamento dessa discussão. Por que razões no Brasil, um país ao qual a Música é considerada como um forte elemento da identidade nacional, a história de sua educação musical escolar parecer marcada pela descontinuidade e pela dispersão? Por que razões, portanto, é possível ou não se falar de uma tradição de educação musical especificamente escolar no Brasil? Diante de tais questões, quais referências, quais demandas e quais perspectivas estão em jogo quando se estabelecem vínculos entre a Música, a educação e as escolas regulares?

Tendo como referência as discussões e as temáticas que envolvem a história do currículo e das disciplinas escolares, é possível se afirmar que as formas de inserção da Música dentro do histórico das demandas educacionais também trazem consigo um histórico de questões políticas e socioculturais. Questões essas relativas tanto aos processos de seleção, de organização e de prática dos saberes escolares, quanto às disputas no campo da cultura, das identidades e das diferenças.

Assim, numa perspectiva das teorias do currículo e da história das disciplinas escolares, é importante então se considerar que as relações entre a Educação e a Música não devem ser pensadas como um campo politicamente neutro e a-histórico. Devendo, portanto, ser compreendido também como um campo que se delimita junto às disputas pela definição e pela hierarquização dos saberes e fins educacionais, numa perspectiva pela qual não se pode falar da natureza e do valor da educação musical sem se falar da natureza e do valor histórico e sociocultural da Música e da educação.

2. Teoria crítica e pós-crítica do currículo, Educação e Música

Existe certo consenso entre pesquisadores de diversas áreas sobre a onipresença da Música na vida do homem (ILARI, 2007, p. 37). Praticamente “todas as culturas do mundo possuem algo que reconhecem e definem como Música e que serve como uma espécie de trilha sonora para as atividades cotidianas.” (*Ibid*, p. 35). Em face da premissa a qual a Música, na complexidade de seus fins e significados, é “um comportamento humano universal.” (HUMMES, 2004, p. 19), pode-se afirmar que sua ocorrência se dá por meio de uma multiplicidade de práticas e de repertórios “específicos às diversas atividades cotidianas e funções psicossociais que os acompanham.” (ILARI, 2007, p. 36). O que permite concluir que, assim como a presença da Música nas sociedades envolve justificativas e funções específicas dentro de cada contexto, o mesmo pode se estender as suas formas de relação com a Educação e todos os seus repertórios de justificativas e funções pedagógicas, didáticas e, sobretudo, curriculares.

Uma temática bastante discutida na história da educação diz respeito à desconstrução do currículo como um dado absoluto, como um “elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada de conhecimento social.” (MOREIRA & SILVA, 2002, p. 8). Por meio de sua compreensão como um artefato sociocultural traz-se à tona as relações de poder imbricadas nos processos de sua produção/seleção, bem como as suas determinações e as suas negociações sociais e históricas (LOPES, 2003). Considerando-o como uma prática discursiva, o currículo passa a ser compreendido então como um campo específico de produção de conhecimentos que opera no universo dos significados, atribuindo sentidos aos fenômenos naturais e sociais e influenciando na constituição dos sujeitos, das identidades e das diferenças (GABRIEL, 2008, p. 227-228).

Assim, a partir dessa perspectiva, para além de se elencar a eficiência didática de certos procedimentos, técnicas e métodos, parece muito mais relevante procurar compreender a escolarização dos saberes e o currículo “em sua relação com questões que perguntem pelo ‘por que’ das formas de organização do conhecimento escolar” (MOREIRA & SILVA, 2002, p. 8) e, no caso das relações entre a Educação e a Música, que perguntem pelo ‘por quê’ das motivações e das formas às quais a Música torna-se ou não parte desse determinado conjunto de conhecimentos.

De maneira sintética, pode-se dizer que as finalidades educacionais mais comumente associadas à Música são: (1) terapia; (2) auxílio no desenvolvimento de outras disciplinas; (3) mecanismo de controle; (4) prazer, divertimento e lazer; (5) meio de transmissão de determinados valores estéticos; (6) meio de afirmação de certas práticas sociais, valores e tradições culturais; e (7) disciplina autônoma (HUMMES, 2004, p. 21). Um aspecto que parece bastante evidente nesse quadro é ausência dos fins relativos à curiosidade, à criatividade e à imaginação. Nota-se uma grande lacuna quanto às condições de estímulo à recriação de significados e à construção de conhecimento e de subjetividades. A ideia de uma educação estética como “instrumento de valorização integral do homem”, em sua capacidade de organizar “o mundo por meio do sentimento, da intuição e da imaginação”, não faz parte desses pressupostos curriculares. Desconsidera-se o desafio de “educar-se para a criatividade, para a invenção, para o novo” (ARANHA, 1996, p. 121 – 122), em suma, para o diálogo e todo seu potencial de organização e reorganização dialética da vida social (FREIRE, 1975).

Apesar da dificuldade de se estabelecerem relações entre a Música e a política, não é possível se desprezar que, “em algum lugar e de algum modo”, elas mantêm entre si “um vínculo operante e nem sempre visível”, na medida em que a Música “atua, pela própria marca de seu gesto, na vida individual e coletiva, enlaçando representações sociais e forças

psíquicas.” (WISNIK, 1987, p. 114). Nesse sentido, a Música não pode ser considerada, em si mesma, apenas em seus aspectos técnicos e formais, como um saber e uma prática neutra e a – histórica (RAYNOR, 1981; LOVELOCK, 1987), mas, sim, como um saber e uma prática relacional permeada de referências e constitutiva de sentidos. O uso da Música envolve poder, identidades e conflitos. “Seu papel é decisivo na vida das sociedades primitivas, no cotidiano popular, e o Estado e as religiões não a dispensam.” (WISNIK, 1987, p. 115). Nesse sentido, as relações entre a Educação e a Música ganham forma junto a processos políticos e socioculturais mais amplos, não devendo, assim, serem pensadas à parte de sua constituição social e histórica, em especial no que diz respeito à ideologia, à hegemonia e à cultura.

Quanto ao conceito de ideologia, é preciso compreendê-lo como instrumental teórico para se refletir sobre os interesses e os constantes embates políticos que envolvem a produção e a validação das representações e das identidades sociais, em suma, do *status quo*. Nesse sentido, para além de uma compreensão teleológica e dicotômica das ideologias como socialmente dignas ou indignas, é necessário reconhecer suas perspectivas de mediação sociocultural, num jogo de interesses e de disputas simbólicas. O campo da ideologia envolve, assim, a busca pela hegemonia e a “transmissão de uma visão de mundo social vinculada aos interesses dos grupos situados em uma posição de vantagem na organização social.” (MOREIRA & SILVA, 2002, p. 23). Nesse aspecto, a escolarização dos saberes tem estreita ligação com as disputas pelo poder e sua conservação, pois define conhecimentos válidos e potencializa a legitimidade de certas ideologias e a atualização de vantagens sociais (*Ibid*, p. 28 – 30).

Como bem frisou Apple, um dos principais autores das teorias críticas do currículo, para se “entender a relação entre o currículo e a reprodução cultural e econômica, deveríamos abordar mais completamente a preservação e o controle de determinadas formas de ideologia, a hegemonia.” (APPLE, 1982, p. 125) O autor compreende o campo sociocultural como um como um *campo contestado*, isto é, “um campo onde os grupos dominantes se veem obrigados a recorrer a um esforço permanente de convencimento ideológico para manter a dominação.” (Silva, 2004, p. 46) Ou seja, um campo no qual a educação e o currículo deixam de ser vistos tanto como um conjunto neutro e objetivo de *princípios básicos*, quanto como um reflexo estático, mecânico e determinista das estruturas econômicas - passando a ser considerado, respectivamente, como um campo histórico, de conflitos e disputas ideológicas (APPLE, 1982, p. 125) e como um campo mediado pela ação humana e compreendido em sua própria dinâmica (SILVA, 2004, p. 46).

Por meio de um referencial marxista, a importância do conceito de hegemonia para Apple está associada a centralidade que o poder exerce na complexa dinâmica que envolve os processos de reprodução cultural e socioeconômica e, sobretudo, no constante esforço dos grupos dominantes para legitimar conhecimentos e normas, justificar distinções e papéis sociais, estabelecer as interpretações viáveis, em suma, produzir e naturalizar o *consenso* social (APPLE, 1982, p. 126).

Assim, no que diz respeito às relações entre Educação e Música, para além das questões estritamente didáticas e estéticas, parece imprescindível se tentar compreender o histórico das formas e das motivações de inserção da Música no currículo escolar como um processo de legitimação e deslegitimação de significados e valores – sejam eles políticos e/ou socioculturais, disciplinares, morais e/ou estéticos. Em suma, tentar se perceber quais os principais interesses, significados e valores estiveram ou deixaram de estar em jogo no processo de escolarização da Música, bem como a quais grupos sociais tal processo pode ter beneficiado, ao representar interesses, ao definir *status* e ao constituir e negociar identidades e diferenças.

Como desdobramento de ambos os conceitos, por fim, é necessário se discutir a cultura, o currículo e a Música. Partindo-se da premissa à qual “os seres humanos são seres interpretativos, instituidores de sentido.” (HALL, 1997), abandona-se a definição de cultura como “conjunto inerte e estático de valores” que “existe de forma unitária e homogênea.” (MOREIRA & SILVA, 2002. p. 26), para se compreendê-la como uma dinâmica trama de “sistemas de significado, aos quais os seres humanos utilizam para definir o que significam as coisas e para codificar, organizar e regular sua conduta uns em relação aos outros.” (HALL, 1997). Em suma, a cultura deixa de ser resumida como mera coleção de objetos materiais e conteúdos espirituais de erudição e de folclore, para ser reconhecida como uma complexa e heterogênea rede de significados e de práticas discursivas constitutiva da realidade humana.

Nessa perspectiva, Hall evidencia a centralidade substantiva e epistemológica da cultura como um campo de normatização e regulação social. Segundo ele, o aspecto substantivo da cultura situa-se no lugar ocupado por ela “na estrutura empírica real e na organização das atividades, instituições e relações culturais na sociedade, em qualquer momento histórico particular”, enquanto que seu caráter epistemológico compreende sua função quanto “às questões de conhecimento e conceitualização” e seu papel “para transformar nossa compreensão, explicação e modelos teóricos do mundo.” (HALL, 1997).

Diante dessa centralidade normativa e reguladora da cultura face às relações e às instituições sociais, é necessário reconhecê-la como um campo “de luta em torno da

significação social”, no qual os diferentes grupos, “situados em posições diferenciais de poder, lutam pela imposição de seus significados à sociedade mais ampla.” (SILVA, 2004, p. 133 – 134). Nesse sentido, a cultura é, portanto, “o terreno em que se enfrentam diferentes e conflitantes concepções da vida social, é aquilo pelo qual se luta” (MOREIRA & SILVA, 2002, p. 27,), em suma, é “um campo contestado de significação” e “um jogo de poder.” (SILVA, 2004, p. 134).

Considerando a função constitutiva da linguagem e do discurso, Hall enfatiza também a centralidade da cultura “na constituição da subjetividade, da própria identidade e da pessoa como um ator social”. Segundo ele, ao mesmo tempo em que “os significados são subjetivamente válidos”, eles “estão *objetivamente* presentes no mundo contemporâneo”, havendo, portanto, uma trama de complexas relações entre os significados que são subjetivamente válidos e aqueles objetivamente afirmados e legitimados nas ações, nas instituições, nos rituais e nas práticas (HALL, 1997).

Nesse sentido, o conhecimento e o currículo, compreendidos como artefatos socioculturais e, conseqüentemente, “como campos sujeitos à disputa e à interpretação” (SILVA, 2004, p. 135), passam a ser considerados, também, como campos “de produção e criação de sentidos, de significações e de sujeitos.” (MOREIRA & SILVA, 2002, p. 27). Conclusão que pode ser estendida à Música, tanto pela sua importância como elemento de referência na construção histórica da identidade nacional, quanto por sua expressão junto a cultura de massas, sobretudo no atual contexto que, como bem frisou Canclini, o “consequente predomínio do mercantil sobre o estético, sobre os valores simbólicos e a representação identitária implica redefinições daquilo que se entende por cultura e do seu lugar na sociedade.”

3. Conclusão

Tomando-se como referência os termos propostos por Hall, é necessário se pensar sobre o aspecto substantivo e operacional da inserção da Música no currículo e seu peso epistemológico quanto às questões de conhecimento, de conceitualização e de conservação ou transformação das formas de se compreender o mundo. Nessa perspectiva, considerando a perspectiva das teorias do currículo discutidas, é pertinente, portanto, se fazer uma reflexão sobre as relações de poder, as concepções e os arranjos que podem estar em jogo no histórico de inserção da Música junto aos saberes escolares no Brasil. O que ganha ainda mais relevo tendo em vista sua importância para o aprofundamento da própria reflexão acerca do retorno da obrigatoriedade da educação musical escolar e, portanto, acerca de seu *status* curricular e

de sua condição enquanto conhecimento institucionalizado mediador de valores, de práticas e de identidades sociais.

Referências

- ANDRADE, M. de. Evolução social da Música no Brasil. *In: Evolução social da Música no Brasil*. Belo Horizonte: Villa Rica, 1991, p. 11 – 31.
- APPLE, M. W. O currículo oculto e a natureza do conflito. *In: Ideologia e currículo*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 125 – 157, 1982.
- ARANHA, M. L. A. *Filosofia da educação*. São Paulo: Moderna, 1996, p.118 – 125.
- CANDAU, V. M. Multiculturalismo e educação: desafios para as práticas pedagógicas. *In: MOREIRA, A. F. & CANDAU, V. M. (orgs.) Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 13 – 37.
- CASSAB, Mariana. A produção em história das disciplinas escolares pela escrita de pesquisadores brasileiros. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 23, Mai/Ago 2010, p. 226 – 251.
- FALCON, Francisco José Calazans. História cultural e história da educação. *Revista Brasileira de Educação*, v.11, n.32, 2006, maio/ago, p. 328 – 339.
- FONTEERRADA, M. T. de O. *De tramas e fios: um ensaio sobre Música e educação*. São Paulo: Editora da Unesp, 2005.
- FONTEERRADA, M. T. de O. Diálogo interáreas: o papel da educação musical na atualidade. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, V. 18, 2007, out., p. 27-33.
- FUKS, R. (1991). *O discurso do silêncio*. Rio de Janeiro: Enelivros, 1991.
- GABRIEL, C. T. Conhecimento escolar, cultura e poder: desafios para o campo da currículo em “tempos pós”. *In: MOREIRA, A. F. & CANDAU, V. M. (orgs.) Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 212-245.
- HALL, S. A. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 22, n°2, 1997, jul./dez., p. 15-46.
- HUMMES, J. M. Por que é importante o ensino de Música? Considerações sobre as funções da Música na sociedade e na escola. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, V. 11, 2004, set., p. 17 – 25.
- ILARI, B. Música, identidade e relações humanas em um país mestiço: implicações para a educação musical na América Latina. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, V. 18, 2007, out., p. 35 – 44.

- LOPES, Alice Casimiro. Políticas curriculares: continuidade ou mudança de rumos? *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro/Campinas: Anped/Autores Associados, vol. 9, nº 26, 2004, Maio/Agosto, p. 109-118.
- LOVELOCK, William. *História concisa da Música*. Tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1987, p. 1 - 12.
- LUCAS, M. E. Wonderland Musical: notas sobre as representações da Música brasileira na mídia americana. In: *TRANS (Transcultural Music Review)*, 2, 1996. Disponível em: <http://www.2.uji.es/trans/trans2/LUCAS.html>
- MENDES, Gilberto. A Música. In: ÁVILA, Afonso (org.). *O modernismo*. 2ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2002, p. 127 – 137.
- MOREIRA, A. F. B. & SILVA, T. T. Sociologia e Teoria crítica do currículo. In: MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa & SILVA, Tomaz Tadeu da (orgs.). *Currículo, cultura e sociedade*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 7-37.
- MOREIRA, A. F. B. Reflexões sobre currículo e identidade: implicações para a prática pedagógica. In: MOREIRA, A. F. & CANDAU, V. M. (orgs.) *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 39 – 66.
- NAPOLITANO, M. *Seguindo a canção: Engajamento Político e Indústria Cultural na MPB (1959-1969)*. São Paulo, Annablume-FAPESP, 2001.
- NETO, N. N. *Música e identidade nacional na mundialização*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2009.
- PEREIRA, Luis Felipe Radicetti. *Um movimento na história da educação musical no Brasil: uma análise da campanha da Lei 11.769/2008*. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio, Centro de Letras e Artes, Instituto Villa Lobos, Rio de Janeiro, 2010.
- RAYNOR, Henry. *História social da música. Da Idade Média a Beethoven*. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981, p. 9 – 25.
- SCHAFFER, M. *O Ouvido Pensante*. São Paulo: Unesp, 1991.
- SEVERINO, A. J. Fundamento Ético-Políticos da Educação. In: LIMA, J. C. França & NEVES, L. M. W. (Orgs.). *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006, p. 291 – 320.
- SILVA, T. T. *Documentos de identidade. Uma introdução às teorias do currículo*. BH: Autêntica, 2004.
- SOBREIRA, S. Reflexões sobre a obrigatoriedade da Música nas escolas públicas. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, V. 20, 2008, set., p. 45 – 52.

- SOBREIRA, S. A Música como disciplina obrigatória nas escolas públicas: nem tudo é harmonia. *In: Informativo técnico-científico Espaço, INES*. Rio de Janeiro, n.31, 2009, jan.-jun., p. 19 – 33.
- SOUZA, Jusamara. Cultura e diversidade na América Latina: o lugar da educação musical. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, V. 18, 2007, out.,15-20.
- VEIGA-NETO, A. Pensar a escola como uma instituição que pelo menos garanta a manutenção das conquistas fundamentais da Modernidade. *In: COSTA, M. V. (org.). A escola tem futuro?* Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- WISNIK, J. M.. *O coro dos contrários: a música em torno da semana de 22*. São Paulo: Duas Cidades / Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1977.
- WISNIK, J. M. Algumas questões de Música e política no Brasil. *In: BOSI, Alfredo (org.). Cultura brasileira: temas e situações*. São Paulo: editora Ática, 1997, p. 114 – 123.
- WISNIK, José M. Getúlio da Paixão Cearense (Villa-Lobos e o Estado Novo). *In: SQUEFF, Ênio; WISNIK, José M. O Nacional e o Popular na Cultura Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2004.